



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Table with columns for Nota, Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Sections include BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 (Em reais) and Passivo Circulante.

Table with columns for Nota, Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais).

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais).

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil ("ISG" ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: - HD - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - CEAP-SOL - Condomínio Solidariiedade, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro; - HRR - Hospital Regional Jony Bossman, situado em Itambém, Estado de São Paulo; - HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edu Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - HRR - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo; - HRLN - Hospital Regional Litoral Norte, situado em Caraguatatuba, Estado de São Paulo; - AME-Pariquera-Açu - Ambulatório Médico de Especialidades, situado em Pariquera-Açu, Estado de São Paulo. O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Criança, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Aranaua - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, estática sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Curto Prazo
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Imposto de renda retido na fonte 2.068.098,42 27.781.994,89 2.884.462,24 36.374.572,11
ISS retido de terceiros 0,00 8.502.568,83 0,00 8.540.552,55
ISS retido de terceiros 52.154,36 1.921.967,74 53.536,89 1.893.521,57
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros 128.562,95 19.700.736,73 142.575,03 19.035.310,35
PIS sobre folha de pagamento 101.002,54 3.497.025,20 95.511,33 3.405.089,29
COFINS a recolher 0,00 0,00 0,00 15.450,91
Parcelamentos 200.264,64 4.638.731,67 98.711,08 5.587.401,25
2.550.082,91 66.043.025,06 3.274.616,37 74.851.898,03

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e outros provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vendidas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo valor ajustado por meio do método dos juros efetivos. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto nos Contratos de Gestão. 3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Benefetórias em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, benefetórias em unidades hospitalares locais à gestão do ISG, unidades avançadas e escritórios. O Instituto Sócrates Guanaes, por meio dos contratos de gestão e termos aditivos, administra diversos bens adquiridos com recursos dos contratos. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. Os contratos de gestão definem que tais bens são das Secretarias de Saúde de cada Estado e que ao final dos contratos estes serão devolvidos às respectivas Secretarias de Saúde dos Estados. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. (b) Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil - econômica estimado dos bens. Em relação aos contratos de gestão, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos públicos advindos dos contratos de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, das Secretarias de Saúde de cada Estado. 3.3. Redução ao valor recuperável ("Impairment"): O valor contábil do ativo imobilizado é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 3.4. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames, contudo possuem restrições de uso, conforme contratos de gestão. 3.5. Patrimônio Líquido: O Instituto aplica integralmente seus recursos, na forma da legislação aplicável, na manutenção de seus objetivos. 3.6. Apuração do resultado: As receitas, custos e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. 3.7. Tributação: O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre a superávit. No caso, in sum, nenhum tributo sobre o lucro, foi apurado e provisionado, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para pagamento do PIS é o valor da folha de pagamento, com aliquota de 1%, quando existente. Os valores apurados são recolhidos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 (Em reais).

As aplicações financeiras com e sem restrição, referem-se substancialmente a CDB e renda fixa no Banco do Brasil e Santander, e Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa FIC") e Santander, conta poupança no Bradesco, de curto prazo, remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. (*) Cada recurso recebido em razão dos contratos de gestão é alocado em contas-correntes e aplicações financeiras que foram criadas especificamente para geri-los e aplicá-los devidamente. Porém, o ISG é responsável pelas aplicações de recursos e todos estes estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte dos contratantes.

Table with columns for Taxa% a.a., 2022, and 2021. Section: (a) Aplicações Financeiras - com restrição.

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: (b) Aplicações Financeiras - Sem restrição.

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: 5. CONTRATOS DE GESTÃO CONVÊNIOS.

O saldo a receber relativo aos Contratos de Gestão - CG refere-se a valores já aplicados às atividades sociais das unidades do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023 (exceto quanto ao HEAL CG 004/2014 e ao HERC), conforme previsto nos respectivos contratos de gestão das unidades. (*) Saldo a receber dos contratos de gestão do HERC-HEAL CG 004/2014, unidades que já foram encerradas, estão sendo discutidos com o Instituto com os órgãos competentes.

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: 6. CONTAS A RECEBER.

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: 7. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RECUPERAR.

EVENTOS

Saldo em 01 de janeiro de 2021 2.111.111,98 1.733.251,67
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (834.360,46) 241.824,04

19. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR

O montante de subvenção a realizar proveniente dos contratos de gestão está composto da seguinte forma: Matríz Consolidado Matríz Consolidado

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: 20. OUTRAS CONTAS A PAGAR.

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: 21. CONTINGÊNCIAS.

O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, civis e tributárias. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as teses das demandas judiciais pendentes e o histórico de pagamento em relação aos valores reclamados, quando aplicável, e constituiu provisionamento em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos futuros, consideradas como prováveis perdas. Em detrimento a NBC T6.25 (R2), a Entidade deve divulgar, apenas, em nota explicativa, a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo corpo jurídico, como possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados como prováveis e possíveis perdas pelo departamento jurídico da Entidade, foram:

Table with columns for Trabalhista, Cível, Tributária, Valor estimado, 2022, and 2021. Section: 22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO.

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: 23. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS.

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim compostas: Matríz Consolidado Matríz Consolidado

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: 24. FORNECEDORES - NACIONAIS.

a) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos. b) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários à atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão das unidades e seus respectivos termos aditivos.

Table with columns for Matríz, Consolidado, 2022, and 2021. Section: 17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e HRs 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências civis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assumiu todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das prováveis trabalhistas ou civis, apenas informações em notas explicativas.

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998 Balanço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional de Registro "Dr. Sergio Aluísio H0mem Torres"

Instituto Sócrates Guanaes - ISG Hospital Regional de Registro – HRR

CNPJ nº 03.969.808/0012-22

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table: Balanço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais). Columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total do ativo, Ativo compensado, Total do ativo e do ativo compensado. Rows: Caixa e equivalentes de caixa, Contrato de Gestão e Convênios, Estoques, Outros Créditos, Despesas Antecipadas, Depósitos em caução.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

Table: Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Columns: Nota, 2021, 2020. Rows: Salários a pagar, INSS, FGTS, Provisões férias e encargos, Outros (i).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

1. Contexto operacional: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu a novo modelo de gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas à Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em um novo processo de concorrência pública para administrar mais uma importante unidade de saúde do estado, o HRR - Hospital Regional de Registro, localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a partir de abril de 2018. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRR, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018, assinado em 04 de abril de 2018, com vigência de 60 meses, e seus respectivos aditivos. 2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. 3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis do contrato de gestão, são recursos com restrição em detrimento de

cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000.006/2018, assinado em 04 de abril de 2018, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis. b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e empréstimos de terceiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. 3.2. Ativo imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração: O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018, e seus respectivos termos aditivos, administra o HRR e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decorrer do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. b) Depreciação: A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. 3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"): O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021. 3.4. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames. 3.5. Patrimônio líquido: O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. 3.6. Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. 3.7. Tributação: O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para

Table: Reconciliando Custos e Saldo Sub. a. Executar. Columns: Ano, Subvenção Recebida (+), Rendimento aplicação (+), Custo Imob. Anterior (-), Outras Rec. Anterior (+), Reconnh. de Glosa e Ajustes (-), Custos Realizados (-), Saldo Sub. a. Executar (Passivo) ou Receber (Ativo), Subvenção Prevista Anual, Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual, Valor do Contrato/Aditivo, Saldo Acumulado de Subvenção a Receber, Saldo Sub. a Executar (Pos.) ou Dólar (Neg.).

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HRR), desta forma a mesma é controlada no ativo, e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita. Contudo, conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou Receber (Ativo)" no valor de R\$ 15,123 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.0500.000.006/2018 ISG-HRR, e seus respectivos termos aditivos. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2021 é de R\$ 150.412 milhões até a conclusão do contrato prevista para junho de 2023. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Dólar (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 135.289 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual. 6. Estoques: Em 31 de dezembro de 2021, o estoque apresenta o saldo de R\$ 2.159.565,13 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

Table: Custos. Columns: Custo, Móveis e Utensílios, Máq. e Equip., Equip. de Informática, Equip. Hospitalares, Bens Recebidos em Doação, Total. Rows: Em 31 de dezembro de 2019, Adição, Em 31 de dezembro de 2020, Adição, Em 31 de dezembro de 2021.

Table: Insumos Covid. Columns: 2021, 2020. Rows: Insumos Covid, Horas Extras.

Table: Fornecedores. Columns: 2021, 2020. Rows: Fornecedores de bens e mercadorias (i), Fornecedores de serviços (ii).

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e

hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 001.0500.000006/2018, ISG-HRR. 11. Salários e encargos sociais: As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

(i) Refere-se a valores de rescisões contratuais, pensões alimentícias e contribuições sindicais e assistenciais a recolher.

Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

Table: Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente. Columns: Nota, 2021, 2020. Rows: Receitas operacionais - com restrição, Receita com restrição, Custos com programa, Despesas operacionais atividade de saúde com restrição, Superávit bruto, Despesas operacionais atividade de saúde com restrição, Com pessoal, Serviços prestados por terceiros, Gerais e administrativas, Tributárias.

Déficit antes do resultado financeiro

Table: Déficit antes do resultado financeiro. Columns: 2021, 2020. Rows: Receitas financeiras, Despesas financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

Table: Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto. Columns: 2021, 2020. Rows: Variações nos ativos e passivos, Estoques, Créditos com contrato de Gestão, Outros Créditos, Despesas antecipadas, Partes relacionadas, Fornecedores, Salários e encargos sociais, Obrigações tributárias, Subvenções assistenciais a realizar, Outros passivos, Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais, Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

Table: Caixa e equivalentes de caixa. Columns: 2021, 2020. Rows: Caixa, Banco, Aplicações financeiras (*).

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a conta de certificado de depósito bancário (CDB) no Banco do Brasil S.A. remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão é alocado em conta corrente criada especificamente e exclusivamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

Table: Taxa %. Columns: 2021, 2020. Rows: Banco do Brasil CORP 400MIL 21.524-1 3,7978.

5. Contrato de Gestão e Convênios: O montante de subvenção a realizar proveniente do contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018 ISG-HRR e seus respectivos termos aditivos, está composto da seguinte forma:

Table: Obrigações Tributárias. Columns: 2021, 2020. Rows: Imposto de Renda retido na fonte PJ, Imposto de Renda retido na fonte PF, Pis/Cofins e Cslr retidos de terceiros, Iss retido de terceiros, Inss retido de terceiros, Pis sobre folha de pagamento.

Table: Outros Passivos. Columns: 2021, 2020. Rows: Medicamentos Recebidos de Terceiros.

14. Provisões Contingenciais: A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que em 2021, o valor de R\$ 19.608,74 refere-se ao valor de contingências trabalhistas consideradas de perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados, pelo departamento jurídico da Entidade.

Table: Ações. Columns: 2021, 2020. Rows: Ações Prováveis, Cível, Tributária, Ações Possíveis, Trabalhistas, Cível, Tributária.

Table: Partes Relacionadas. Columns: 2021, 2020. Rows: Partes relacionadas a Pagar, ISG - HRJR, ISG - HRLN.

Table: Receitas operacionais - com restrição. Columns: 2021, 2020. Rows: Programa Atividades de Saúde.

A receita de subvenção é realizada em razão da execução do contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018, e seus respectivos termos aditivos, firmado com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo em 31 de dezembro de 2021, R\$ 90.269.010,21 registrado como receita de subvenção para custeio, na área de saúde.

continua ...

... continuação

Instituto Sócrates Guanaes - ISG

17. Outras Receitas Atividades de Saúde com restrição	
2021	2020
Cessão de Espaço	6.300,00
Contribuições e Doações	638.174,61
644.474,61	663.471,54

18. Custos com programa de Atividades de Saúde com restrição	
2021	2020
Custo com pessoal próprio (i)	19.838.498,38
Materiais médicos e hospitalares	3.901.227,37
Medicamentos	5.064.582,48
Materiais de uso e consumo	1.129.857,35
Órtese e Prótese	4.369.777,80
Ajuste de Inventário e Perdas	(7.790,17)
Bens adquiridos CG	281.602,55
Custos de serviços assistenciais e apoio (ii)	40.925.658,59
75.503.414,35	72.430.604,47

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros. **19. Despesas Operacionais Atividade de Saúde com restrição: 19.1. Despesas com pessoal**

2021	2020
Salários	2.130.455,35
Horas extras	73,01
Adicionais	122.084,93
Férias	321.204,46
13º salário	234.413,81
Aviso prévio	39.198,56
DSR	5.473,99
Benefícios (i)	937,73
Encargos sobre a folha	926.949,70
Outras despesas (ii)	6.951,38
Auxílio Educação	19.244,15
3.806.987,07	3.006.551,74

(i) Os benefícios são compostos por vale-transporte e vale alimentação/Refeição pagos aos funcionários. (ii) Refere-se a indenizações: **19.2. Serviços Prestados por Terceiros**

2021	2020
Serviços advocatícios	66.000,00
Serviços de consultoria (i)	1.670.243,89
Serviços de contabilidade	128.700,00
Serviços especializados em TI	818.658,81
Serviços de RH	271.084,29
Serviços Gráficos	22.045,00
Serviços de manutenção em geral	49.421,00
Despesas corporativas (ii)	1.681.612,61
Serviços de frete/transporte	-
Serviços de Engenharia clínica	1.003.280,86
Serviços de Alimentação	2.627.557,75
Outros serviços	65.452,32
8.404.056,53	8.507.794,49

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

19.3. Gerais e Administrativos		2021	2020
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral		196.896,47	380.888,75
Aluguel de Bens Móveis		0,00	64.622,74
Utilidades e Serviços (i)		2.770.987,91	2.453.289,73
Despesas Gerais		36.790,94	49.709,10
Contingências Trabalhistas		18.476,31	1.132,43
Viagens e Estádias		26.086,59	42.508,87
		3.049.238,22	2.992.151,62

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios, cartão, gás liquefeito de petróleo-GLP e seguros. **19.4. Despesas Tributárias:**

2021	2020
IOF	1.534,88
IRRF sobre Aplicações Financeiras	6.106,06

2021		2020	
IOF sobre Aplicações Financeiras	23.550,51	-	-
Outros Impostos e Taxas	772,47	2.941,44	-
31.963,92	42.437,86	-	-

2021		2020	
Receitas Financeiras	49.275,12	140.443,69	-
Despesas Financeiras	(167.099,85)	(22.143,86)	-
(117.824,73)	118.299,83	-	-

21. Eventos subsequentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Registro - SP, 01 de Abril de 2022.

Diretoria

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72	Ernesto Stangueti Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15	Raphael Lindenbach de Moraes CRC 1SP 261037
---	--	---

Relatório - Contratado X Realizado

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Clinica Médica	365	523	43%	348	384	10%
Pediatria	190	313	65%	180	400	122%
Total	555	836	51%	528	784	48%
470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica						
Eletivas	640	163	-75%	630	458	-27%
Urgências	420	467	11%	420	418	-
Total	1.060	630	-41%	1.050	876	-17%
322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais						
Cirurgia Hospital - Dia	132	129	-2%	132	122	-8%
Cirurgias Ambulatoriais	235	246	5%	222	307	38%
Total	367	375	2%	354	429	21%
185 - Urgência / Emergência						
Consultas de Urgência	1.200	2.112	76%	1.200	1.818	52%
271 - Consultas Médicas						
Primeiras Consultas Rede	1.300	188	-86%	1.200	657	-45%
Interconsultas	972	274	-72%	972	834	-14%
Consultas Subseqüentes	2.350	2.605	11%	2.160	3.478	61%
Total	4.622	3.067	-34%	4.332	4.969	15%
526 - Consultas Não Médicas						
Primeiras Consultas Rede	180	37	-79%	180	59	-67%
Interconsultas	90	211	134%	90	221	146%
Consultas Subseqüentes	48	68	42%	48	79	65%
Total	318	316	-1%	318	359	13%
275 - SADT Externo						
Diagnóstico por Tomografia	180	135	-25%	180	160	-11%
Diagnóstico por Ressonância Magnética	1.200	883	-26%	1.200	986	-18%
Diagnóstico por Endoscopia	30	20	-33%	-	21	-
Métodos Diagnósticos em Especialidades	420	553	32%	420	759	81%
Total	1.830	1.591	-13%	1.800	1.926	7%
647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
TC abdome superior	-	-	-	64	-	-100%
TC tórax	-	-	-	64	-	-100%
Total	-	-	-	128	-	-100%

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Os diretores e conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG. Gestor do Hospital Regional de Registro - HRR. Registro - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRR - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRR, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na Nota Explicativa "6 - Estoque", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis da Entidade, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade do Instituto, foram insuficientes para concluir sobre a composição do custo do estoque. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição desses valores e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito Subvenções a receber, proveniente de repasses da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, estão correlacionados nas Notas "5. Contrato de Gestão e Convênios", "16. Receitas Operacionais - Com Restrição" e "17. Outras Receitas Atividade de Saúde - Com Restrição", todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a receber, no valor de R\$ 15.123 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de N.º 001.0500.000.006/2018 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de Registro - HRR, será efetivada no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 90.913 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o Regime de Competência estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacio-

rio financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. **Crédito Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3. Principais Políticas Contábeis", subitem "3.2. Ativo Imobilizado", letra "a", "Reconhecimento e Mensuração", informados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão N.º 001.0500.000.006/2018 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de Registro - HRR, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRR optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprova à NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase - Continuidade das operações, controles gerenciais do ativo e passivo compensado e transações entre partes relacionadas:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000.006/2018. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 03/04/2023. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000.006/2018 e demais termos aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Hospital Regional de Registro - HRR. Contudo, não evidenciamos os registros destes bens em contas de controle, Ativo e Passivo compensado, identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "15 - Partes relacionadas", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 25 de março de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos contro-

dentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Registro - SP, 05 de abril de 2022.

Work7 José Ricardo Xavier - Contador



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Salá 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table with columns: Nota, Matriz, Consolidado, 2021, 2020. Section: BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

Table with columns: Nota, Matriz, Consolidado, 2021, 2020. Section: Passivo e patrimônio social

Table with columns: Nota, Matriz, Consolidado, 2021, 2020. Section: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020. Section: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020. Section: Fluxos de caixa das atividades sociais

Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020. Section: Fluxos de caixa das atividades sociais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil (ISG "ou Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde.

13. TRANSAÇÕES ENTRE UNIDADES
a) Ativo
HEAL 3.000.000,00 0,00 0,00 0,00
HERC 65.336,51 1.040.160,69 0,00 0,00

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes Superávit (Déficit) do exercício 1.896.909,27 (1.896.909,27) 0,00 0,00

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à interpretação Técnica ITG 2002 (RT), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução (CFC) 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamental, aprovada pela Resolução (CFC) 1.355/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, na caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, essência sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige o uso de estimativas e julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados em ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

14. IMOBILIZADO
Custo Móveis e Utensílios Máquinas e Equipamentos Equipamentos de Informática Beneficiárias em Propriedade de Terceiros Imobilizado em andamento Total
Em 31 de dezembro de 2020 123.654,89 88.934,16 49.590,25 294.800,00 206.230,50 760.910,80

Em 31 de dezembro de 2019
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já classificados em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sócias e tributárias e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento financeiro, estes passivos financeiros são registrados em valores nominais, menos juros efetuados. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto nos Contratos de Gestão. 3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Beneficiárias em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, beneficiárias em unidades hospitalares sob a gestão do ISG, unidades zoológicas e escritórios. O Instituto também atua na gestão do HEAL - Hospital Estadual Ciências, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Araramá - Rio de Janeiro.

15. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO
Bens Cedidos em Comodato
Discriminação Custos Precificados Transferidos Custos
Bens Recibidos em Comodato 4.788.279,86 0,00 4.505.051,11 283.228,75

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Caixa com restrição (*) 15.677,20 11.612,03
Caixa sem restrição 103,95 1.123,72
Bancos conta movimento com restrição (*) 108.983,87 585.840,87
Bancos conta movimento sem restrição 1,00 7,31
Aplicações financeiras com restrição 18.221.008,38 13.629,60
Aplicações financeiras sem restrição 8.719,94 475,07

16. FORNECEDORES - NACIONAIS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Fornecedores de bens e mercadorias (a) 16.445.738,47 12.653.226,34
Fornecedores de serviços (b) 41.912.025,97 402.184,21
Fornecedores LP (c) 41.912.025,97 402.184,21

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

5. CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
HDT 27.129.738,96 28.241.770,39
HERC (*) 44.106.296,15 55.787.580,15
HEAL CG 004/2014 (*) 81.985.276,89 87.901.584,90
HEAL CG 001/2019 29.920.011,48 6.271.453,66
HRJR 2.869.574,10 1.288.360,72
HRSC 12.803.500,50 4.709.690,71
CEAP-SOL 186.680,00 296.599,11
CEAP-SOL 1.798.129,51 1.562.765,98
FGTS 15.123.009,86 3.957.190,50

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS
As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim compostas:
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Salários e rescisões a pagar 404.744,00 10.790.803,01 228.898,91 15.765.360,91
Autônimos a pagar 2.670,00 15.158,49
Pensão a pagar 31.830,14 - 30.216,60

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

6. CONTAS A RECEBER
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Aplicação Ouro Cap 0,00 0,00
Adiantamento 13ª e Férias 0,00 0,00
Outros Valores a Receber 2.635.613,89 2.640.613,89

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
(a) Curto Prazo
Imposto de renda retido na fonte 2.884.462,04 36.374.572,11 2.617.658,39 29.153.458,27
INSS retido de terceiros 0,00 8.540.525,58 0,00 7.950.397,20

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

7. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RECUPERAR
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
ISS a Compensar 0,00 8,56 0,00 8,56
PIS a Recuperar 139.558,52 159.525,67 139.558,52 161.280,67
INSS Parcelamento 5.039,77 0,00 2.542,95 0,00
PIS a Recuperar 0,00 6.442.004,50 0,00 116.284,83
Tributos pagos a maior ou indevidamente 0,00 119.989,21 0,00 0,00
Demais Tributos Antecipados (*) 144.596,29 6.873.745,46 142.099,47 277.858,67

19. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR
O montante de subvenção a realizar proveniente dos contratos de gestão está composto da seguinte forma:
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Subvenção para custeio 12.077.347,34 - 15.757.896,68
Outras subvenções 626,39 - 146.087,62

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

8. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Adiantamento a Fornecedor 1.628,09 797.204,14 6.448,80 360.944,68
Adiantamento de Honorários 0,00 0,00 0,00 3.657,93
Outros Adiantamentos 0,00 42,91 80.000,00 80.000,00
Reembolsos a receber 57.506,49 57.506,49 0,00 0,00

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Adiantamentos de Clientes 5.150,69 65.845,58 4.230,45 135.925,34
Aluguéis a Pagar - 5.509.969,61 - 5.509.969,61
Medicamentos Recebidos da SES - 376.426,99 - 771.642,37
Valores a Devolver 825,48 5.914,01 - 401,50
Provisão de Serviços 21.945,52 8.884.367,89 - 8.950.794,15
Outras Contas a Pagar - 505.676,10 - 505.676,10

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

9. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Antecipação de Salários e Ordenados 0,00 0,00 15.000,00 15.000,00
Antecipação 13ª Salário 0,00 0,00 0,00 0,00
Antecipação de Férias 88.311,95 994.344,24 41.545,72 856.642,52
Adiantamento de Despesas 96.183,63 96.183,63 96.183,63 96.183,63
Antecipação Rescisão 0,00 3,00 0,00 0,00

21. CONTINGÊNCIAS
O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as teses das demandas judiciais pendentes e o histórico de pagamento em relação aos valores reclamados, quando aplicável, e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos futuros, e consideradas como prováveis perdidas. Em detrimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve divulgar, apenas em nota explicativa, a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo corpo jurídico, como possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados como prováveis e possíveis perdas pelo departamento jurídico da Entidade, foram:
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Parqueira-Açu 311.449,82 0,00 311.449,82 0,00

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

10. ESTOQUE
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
HDT 1.485.170,68 1.965.587,82 1.485.170,68 1.965.587,82
CEAP-SOL 1.156.186,20 924.639,00 1.156.186,20 924.639,00

22. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Salários 2.956.579,86 40.775.244,01 2.918.336,81 41.463.029,18
Honorários e Serviços (i) 16.813,35 649.813,58 3.241,58 3.241,58

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

11. DESPESAS ANTECIPADAS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Prêmios de Seguros Vale-Transporte 1.624,59 181.397,08 1.624,59 181.397,08
Vale-Refeição/Vale-Alimentação 21.811,96 690.915,54 15.661,03 598.153,99
Vale-Combustível 0,00 8.900,60 0,00 15.126,00

23. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral 50.570,05 1.209.789,59 37.479,89 1.749.613,15
Aluguel de bens imóveis 128.942,45 129.273,17 135.567,35 471.172,31

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

12. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98
Ações Tributárias 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20
Bloqueio Judicial 41.851,07 793.628,11 41.851,07 793.628,11

24. OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Recursos de prestação de serviços 15.803.350,41 15.803.350,41
Horas Extras 83.703,84 83.703,84

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

13. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98
Ações Tributárias 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20
Bloqueio Judicial 41.851,07 793.628,11 41.851,07 793.628,11

25. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Salários 2.956.579,86 40.775.244,01 2.918.336,81 41.463.029,18
Honorários e Serviços (i) 16.813,35 649.813,58 3.241,58 3.241,58

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

14. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98
Ações Tributárias 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20
Bloqueio Judicial 41.851,07 793.628,11 41.851,07 793.628,11

26. OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Recursos de prestação de serviços 15.803.350,41 15.803.350,41
Horas Extras 83.703,84 83.703,84

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

15. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98
Ações Tributárias 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20
Bloqueio Judicial 41.851,07 793.628,11 41.851,07 793.628,11

27. OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Recursos de prestação de serviços 15.803.350,41 15.803.350,41
Horas Extras 83.703,84 83.703,84

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

16. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98
Ações Tributárias 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20
Bloqueio Judicial 41.851,07 793.628,11 41.851,07 793.628,11

28. OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Recursos de prestação de serviços 15.803.350,41 15.803.350,41
Horas Extras 83.703,84 83.703,84

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

17. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98
Ações Tributárias 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20
Bloqueio Judicial 41.851,07 793.628,11 41.851,07 793.628,11

29. OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Recursos de prestação de serviços 15.803.350,41 15.803.350,41
Horas Extras 83.703,84 83.703,84

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

18. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98
Ações Tributárias 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20 2.488.621,20
Bloqueio Judicial 41.851,07 793.628,11 41.851,07 793.628,11

30. OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
Table with columns: Matriz, Consolidado, 2021, 2020.
Recursos de prestação de serviços 15.803.350,41 15.803.350,41
Horas Extras 83.703,84 83.703,84

Em 31 de dezembro de 2021
Possíveis 14 2 0 140.154,66 Possíveis 0 0 0 0 0 0
Prováveis 0 0 0 0 0 0

